1ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE ENSINO, 2PESQUISA E EXTENSÃO – CEPE.

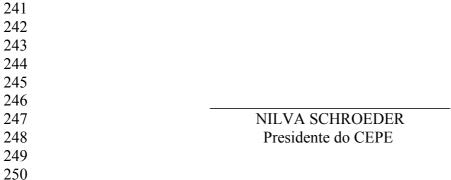
4Aos vinte e um dias do mês de maio de 2008, às dezesseis horas e sete minutos, no laboratório 5de enologia, da Unidade Continente do CEFET-SC, reuniu-se o CEPE, para a sua primeira 6reunião ordinária. Presentes: Nilva Schroeder - presidente do CEPE, Maria Clara Kaschny 7Schneider - Diretora de Pós-graduação e Pesquisa, Marcelo Carlos da Silva - Diretor de 8Relações Externas, Eloy João Losso Filho - Docente Titular, Antônio Pereira Cândido -9Docente Suplente (substituindo Valdir Noll – Docente Titular), Marcos Moecke – Docente 10Suplente, Deise Rateke – TAE Titular, Eliana Razeira – TAE Titular, Olair Alves de Souza – 11Discente Titular, Vitor Sodré Dias - Discente Suplente, Raquelly Oliveira Dias - Discente 12Suplente e Carlos Queiroz representando Marcelo Carlos da Silva - Diretor de Relações 13Externas. A Presidente do Colegiado abriu a sessão dando boas vindas aos presentes e 14 pedindo desculpas pelo atraso que se deu em função da indisponibilidade de espaço físico 15 previamente reservado para a reunião. Estabeleceu o teto para o término, qual seja: 15h30min, 16com possibilidade de prorrogação por mais 30 minutos. Leu a pauta do dia, a saber: 1. 17Funcionamento do CEPE. 2. Diretrizes para criação, reestruturação e extinção de cursos. 3. 18Indicativos de pauta para as próximas reuniões. Ressaltou que, em virtude de ser a primeira 19reunião do Colegiado, todos estão em fase de aprendizagem e afinamento da dinâmica para as 20reuniões. Solicitou que se algum membro tivesse dúvidas que as colocasse naquele momento. 210lair disse ter algumas dúvidas, mas que aguardaria a hora apropriada da pauta para 22manifestá-las. Antônio ressaltou a importância da criação deste Colegiado e reforçou a 23 necessidade de maior interação entre os membros, o que espera acontecer naturalmente na 24sequência das reuniões. Disse, ainda, da necessidade da criação de um Plano de Trabalho para 25as Câmaras para um maior direcionamento das especificidades dos temas a serem discutidos 26no CEPE. Nilva acata a fala de Antônio e diz que o tema fará parte da pauta, quando do item 27Regimento para funcionamento do CEPE. Nilva justificou a ausência de Milene ocasionada 28 pela dificuldade de transporte para a vinda de Araranguá, também a ausência de Valdir, por 29motivos familiares, informando que Antônio o substituiria em caso de votação e apresentou 30Raquelly e Vitor, que embora suplentes pretendem participar de todas as reuniões. Esclareceu 31a importância de o suplente, sempre que possível, acompanhar as reuniões para que possa se 32inteirar das discussões, mesmo que não vote quando o titular estiver presente. Ainda 33 apresentou o professor Carlos Queiroz que acompanhará a reunião representando o Diretor de 34Relações Externas, professor Marcelo Silva, que se ausentará em virtude de compromissos 35 externos. A presidente solicitou aos Técnicos Administrativos que buscassem mobilizar seu 36segmento para a escolha dos membros suplentes, que será feita junto com a eleição dos 37membros do Conselho Diretor. Na següência, a Presidente deu início à pauta colocando o 38primeiro ponto em discussão: Funcionamento do CEPE, para o que os membros receberam 39com antecedência a Resolução 27/2007/CD - Regulamentação do CEPE e o Regulamento de 40Funcionamento de Recursos Humanos, este como sugestão para início da discussão. Maria 41Clara faz um breve histórico sobre a Resolução 27/2007/CD. Esclareceu que já havia sido 42proposta uma discussão para um Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Era um 43documento enxuto, com necessidade de detalhamento. Assim, a Resolução aprovada remete 44para a construção do funcionamento do CEPE que deverá ser feita pelo próprio Colegiado. 45Relata que muitas decisões tiveram que ser tomadas com caráter de urgência e, só esse 46aspecto, já qualifica e ratifica a existência e funcionamento do CEPE. Maria Clara argumenta 47sobre a necessidade de pontuar as questões urgentes para serem postas em discussão, sem 48pressa, mas com clareza necessária para seu encaminhamento. Fortalece a importância das 49câmaras no Colegiado. Raquelly questiona sobre o funcionamento das câmaras, se elas 50funcionarão cada qual na sua especificidade ou se os componentes de uma ou outra terão

51 assento na pauta de discussão de todo o Colegiado. Nilva esclarece que essa é uma questão a 52ser definida no regulamento do CEPE. Dando sequência ao ponto de pauta, a presidente lê o 53artigo primeiro da Resolução 27/2007/CD, ressaltando o caráter do Colegiado, qual seja: 54normativo e consultivo. Esclarece que isso significa dizer que as pautas serão depuradas em 55seus respectivos temas e, após, serão encaminhadas ao Conselho Diretor, como único órgão 56deliberativo deste CEFET-SC. Sobre esse aspecto, Antônio registra sua percepção da 57importância do caráter normativo do CEPE a partir do momento em que isso lhe possibilita a 58criação de um arcabouço de normas consistentes que darão uma visão de totalidade da 59Instituição, extinguindo-se as incertezas e a falta de padrão de processos desenvolvidos no 60Sistema. Nilva ratifica esse posicionamento e qualifica isso como um grande desafio, ou seja: 61a criação de normas, visando a todo o Sistema, implicando dizer que cada representante 62dentro de sua especificidade de Unidade deverá fazer o exercício de ver a totalidade do 63 sistema. Na seguência, de acordo com os artigos segundo e terceiro da Resolução 27, a 64Presidente apresentou a organização do Colegiado: Presidência (Diretoria de Ensino), 65Secretaria (Simone Teresinha da Silva), Membros do Colegiado e três câmaras: Ensino, 66Pesquisa e Extensão. Esclareceu que o mandato dos membros representantes e de seus 67respectivos suplentes é de dois anos permitindo-se a recondução por mais dois anos. 68Esclareceu os casos particulares para os mandatos e representantes conforme artigo quarto da 69Resolução 27. Eliana solicita esclarecimentos sobre o mandato de dois anos, dizendo não 70haver clareza quanto a isso na Resolução 27. Nilva esclarece que o primeiro mandato é de 71dois anos e que o representante pode se recandidatar para mais dois anos. Prosseguiu supondo 72 que caso haja troca de todos os membros haverá um reinício, o que poderá implicar prejuízo 73nos trabalhos em andamento e, para que isso não ocorra, sugeriu que se faça uma troca 74alternada. Antônio sugeriu que se aumentasse em 50% o mandato de alguns e, durante um 75ano, o CEPE trabalharia assim; depois far-se-ia a eleição dos novos membros. Olair sugere 76deixar bem claro o fato de que a recondução também dar-se-á por eleição. O item seguinte, 77dentro do mesmo item de pauta, foi a discussão acerca do termo "aluno regular" apresentado 78no inciso I do artigo sexto da Resolução 27. Depois de reflexões sobre o significado da 79expressão, (EAD são alunos regulares, mas não votam – Maria); (aluno com matrícula 80trancada – Elói); (ver perfil do candidato para verificar o tempo que o aluno permanecerá na 81Instituição - Antônio) Nilva sugere que os membros façam uma reflexão sobre a participação 82de alunos das especializações no colegiado e também os alunos da EAD, ponderando que 83 talvez a expressão "aluno regular" não pudesse ser o parâmetro para a representação discente. 84Buscou encaminhar também a reflexão sobre a possibilidade de representatividade de alunos 85por nível de ensino. Encaminhou dizendo que o artigo sexto precisaria ser revisto. Elói 86questionou sobre a dinâmica desse processo. De que forma eles seriam (ou foram para essa 87primeira composição) inseridos no processo? Como o processo seria (ou foi) deflagrado entre 88o corpo discente? A presidente esclarece como se deu o processo de escolha dos 89representantes discente para o CEPE: a Direção de cada Unidade foi solicitada a encaminhar 90para os órgãos de representação discente – Grêmios ou Centros Acadêmicos – a deflagração 91do processo, motivando os alunos para a participação na eleição para a escolha dos 92representantes. Disse que algumas Unidades tiveram esse processo mais bem mobilizado que 93outras. Citou o caso de Araranguá que passou por uma eleição com seis candidatos. Olair 94relata que em Joinville o processo foi mais simples e houve convite em sala e dois se 95prontificaram. Maria Clara esclarece que nas Unidades em que não há Grêmios e/ou CAs 96houve encaminhamento por e-mail para que o Diretor fizesse a mobilização dos estudantes. 97Nilva fez ainda alguns esclarecimentos de como o processo ocorreu em algumas Unidades, 98como no caso de São José que houve ruído de comunicação, ou seja, a troca de endereço 99eletrônico para o envio do nome do representante discente. Raquelly disse que em sua 100Unidade não houve eleição e sim indicação. Nilva esclareceu que as Unidades que não

101enviaram o nome do representante em tempo hábil tiveram assento no Colegiado com 102 suplência. Deise questionou o fato de as reuniões ocorrerem sempre em Florianópolis, se não 103haveria uma maneira de modificar essa dinâmica. Antônio pondera que o CEPE é uma gestão 104do Sistema o qual tem seu núcleo em Florianópolis. Acrescenta que se pode, ocasionalmente, 105 fazerem-se reuniões em outros locais, mas faz refletir que, para além do local, é importante 106que os membros conscientizem-se e foquem suas reflexões em torno das necessidades de 107normatização no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Sugere que as Unidades 108poderão fomentar as Câmaras para esse processo e isso gerará a participação efetiva de todo o 109Sistema em uma visão também sistêmica. Acrescenta, ainda, que os dados de cada Unidade 110alimentarão o perfil do Sistema. Isso facilitará um diagnóstico que reverterá em ações para 111aqueles que, por exemplo, quiserem fazer pesquisa que beneficiará a todo o Sistema. Maria, 112concordando com esse posicionamento, diz que o CEPE é representante do Sistema e não de 113cada Unidade, que aqui serão tratadas as políticas educacionais e outras que darão conta de 114resolver problemas sistêmicos, mas que, com esse caráter de política, resolverá também 115 problemas de âmbito local ao mesmo tempo. Nesse aspecto, Marcos argumenta que o número 116de alunos e de servidores das Unidades implicará diretamente a representatividade no CEPE. 117Com essa opinião Vitor também concorda dizendo que haverá prevalência de representantes 118das Unidades maiores. Maria apresenta a sugestão de se criarem critérios, por exemplo, o 119número de alunos versus o número de representatividade. Esclarece ainda que de acordo com 120a LDB, a representação deve ter o percentual de 70% de docentes. E que é preciso olhar o 121caráter do Conselho/Colegiado se ele é deliberativo ou consultivo. Diz a professora que já está 122acontecendo na Instituição uma discussão sobre isso. Nilva esclarece que esse percentual 123aplica-se somente aos órgãos que têm caráter consultivo, o que não é o caso do CEPE, de 124acordo com seu artigo primeiro. Olair diz entender que o foco do CEPE é a criação de 125 políticas sistêmicas a serem aplicadas em caráter regional. Nilva esclarece que haverá vários 126canais de divulgação das atividades do CEPE para que se entenda de fato o Sistema. Haverá 127vídeos-conferência, visitas a Unidades e outras formas de divulgação, para que se apresente 128um tema sistêmico, buscando instrumentalizar o papel/função do CEPE. Raquelly ponderou 129que para as pessoas participarem seria necessário esclarecimento e sugeriu que os membros 130atuais assumissem essa tarefa nas suas Unidades. Nilva solicitou aos membros que lessem o 131Relatório de Gestão 2007 que é um documento rico em informações sobre o Sistema. Carlos 132Queiroz, tomando a palavra, disse que na qualidade de convidado do Diretor da DRE, entende 133ser o CEPE um depurador entre as políticas públicas em âmbito nacional (MEC) e a nossa 134realidade. Sugeriu ainda que o CEPE pudesse se balizar pela pesquisa de demanda das 135Unidades, quer novas, quer já implantadas e que as Câmaras devessem em âmbito de Unidade 136fazer o filtro para o CEPE. Na sequência e ainda no mesmo ponto de pauta, Nilva colocou o 137artigo sétimo da Resolução 27 para apreciação. Salientou o inciso III e registrou que o inciso 138nono já havia começado nesta primeira reunião ordinária, qual seja: "elaborar propostas de 139alteração do seu próprio regulamento, a ser aprovado pelo Conselho Diretor". Sugeriu que se 140criasse uma comissão para reelaborar ou detalhar a Regulamentação do CEPE. Elói 141 recomendou que essa Comissão refletisse bastante na escrita do documento tendo em vista a 142 atual realidade, ou seja, que pensasse nas especificidades sem omitir a unidade Sistêmica. 143Queiroz sugeriu que a escrita fosse mais genérica e cada particularidade fosse remetida 144 posteriormente em pontos específicos de pauta. Na sequência e ainda sobre o artigo sétimo, 145Marcos sugeriu que a palavra escrita no inciso II: "aprovar" fosse trocada por "dar parecer". 146Nilva concordou, tendo em vista o caráter consultivo e normativo do CEPE e, como tal, 147 submetido ao Conselho Diretor. Marcos acrescentou que o inciso 10 do artigo sétimo não 148apresentava redação clara e solicitou que fosse revisto. Antônio, tentou esclarecer, 149argumentando que o CEPE avalia e recomenda o projeto e de que forma deve ser 150encaminhado. Maria reforçou o argumento de Antônio, dizendo que isso resguarda o CEFET-

151SC de uso indevido do seu nome por outros. Diz ainda que nem todos os editais cobram 152autorização do órgão máximo da Instituição; outros sim, dessa forma o CEPE vai garantir que 153os projetos sejam de interesse da Instituição. Antônio novamente tomou a palavra e destacou 154documentos importantes que o CEFET-SC possui: PDI, PPI e PPC. Disse da importância de o 155CEPE conhecer esses documentos que se constituem na movimentação do Sistema. 156Acrescentou, ainda, que cada membro deste Conselho é membro ad hoc e isso ratifica os 157 vários papéis de cada um: aluno, técnico, professor e conselheiro ad hoc que emitem parecer. 158Nilva lembrou que a fala de Antônio está contemplada na própria pasta de cada Conselheiro, 159embora um deles já esteja caduco em função da mobilidade/ dinâmica do CEFET-SC. 160Raquelly questiona sobre a emissão de Parecer, sua dúvida assim se traduz: se no CEPE o 161tema não for aprovado ele retorna à origem? Maria diz que o que pode acontecer é o CEPE 162recomendar e o Conselho Diretor reprovar. Antônio manifestou-se sobre isso dizendo da 163 necessidade de organizar a rotina, o fluxo dos documentos para garantir a efetividade do 164CEPE. Acrescentou ainda a necessidade de as câmaras reverem sua representatividade. Nilva 165 disse da necessidade de rever também o conceito de câmara já que ela é o fórum que 166encaminhará para o CEPE o que foi analisado e por ela deliberado. Eliane argumentou que as 167câmaras garantirão a representatividade das Unidades. Nesse aspecto, Carlos Queiroz sugeriu 168que a Câmara trabalhasse em comissões temporais para analisar questões específicas e isso 169envolvia a questão da eliminação da informalidade que seria substituída por uma necessária 170padronização. Nilva, buscando encaminhar o primeiro ponto de pauta acatou a necessidade de 171 revisão também dos artigos de 8 a 13 que dizem respeito às câmaras e solicitou aos 172 conselheiros que olhassem no material entregue junto com a pasta e verificassem os grupos de 173 pesquisa cadastrados no CNPq. Já com o tempo de reunião esgotado, a Presidente questionou 174da possibilidade de se estender a reunião até as 16 horas. Propôs otimizar o tempo, fazendo a 1751eitura do documento "Regulamento do Colegiado de Recursos Humanos" antecipadamente 176ao que Elói disse ter anotado alguns aspectos que trará para discussão na próxima reunião. 177Nilva, buscando encaminhar o ponto de pauta em questão, pergunta qual a melhor estratégia 178para se revisar a Resolução 27 e como detalhá-la tomando por base o Regulamento do 179Colegiado de Recursos Humanos e buscando uma melhor dinâmica para a reunião. Olair 180propõe a dinâmica de que nas reuniões só se discutam os pontos polêmicos. Nilva sugere que 181se use também o ambiente moodle para essas discussões. Olair concorda e Antônio sugere que 182 esse ambiente virtual seja usado no espaço entre esta e a próxima reunião. Assim, isso 183acordado, Nilva solicitou o nome de três pessoas para sistematizar a regulamentação do 184funcionamento do CEPE, a partir da postagem por todos no ambiente moodle e nas outras 185 formas de interações virtuais. Carlos Queiroz diz que é suficiente uma só pessoa para fazer 186essa sistematização e se propôs a fazê-la. Elói reforçou a necessidade do uso da interação 187 virtual. Na següência, foi colocado em discussão o segundo ponto de pauta: As diretrizes para 188criação, reestruturação, extinção, acompanhamento e avaliação de cursos técnicos e superiores 189de tecnologia. A presidente do Colegiado esclareceu que o documento não consegue traduzir 190as necessidades atuais do CEFET-SC. Foi elaborado por um grupo de servidores convidados 191por afinidade com o tema. Os temas específicos foram elaborados por grupos específicos. O 192documento foi encaminhado ao GT Currículo, também ao CGA (COMISSÃO DE GESTÃO 193ACADÊMICA). Sua elaboração deu-se no ano passado (2007) sendo remetido às Unidades 194para o envio de sugestões. Esse processo não teve êxito e é, pois, necessário reenviar às 195Unidades e ser discutido neste CEPE. Olair disse ser esse documento muito denso, Elói disse 196ter lido todo o documento, percebido a sua complexidade, mas acreditava que não haveria 197mudanças significativas, somente aquelas referentes à terminologia. Eliana sugeriu que o 198documento fosse reenviado às Unidades ao que Carlos Queiroz argumentou favoravelmente, 199dizendo que um GT tem mais conhecimento de causa e, por isso, também deve ser remetido 200aos GTs. Esse ponto de pauta foi encaminhado da seguinte forma: A Diretoria de Ensino

201encaminhará às unidades o documento e, depois, sistematizá-lo-á. Por fim, dá-se início à 202 discussão do terceiro ponto de pauta: as demandas das Diretorias de Ensino, de Pesquisa e de 203Extensão, a saber: Demandas Diretoria de Ensino - Criação, reestruturação, extinção de curso, 204Colegiado CST, Plano de Trabalho Redimensionamento do PPI, Programa de assistência ao 205 estudante, PPC licenciatura, Regulamento monitoria, Regulamento oferta FIC, Programa de 206avaliação cursos, Plano de Inclusão, Regulamento Didático-Pedagógico - encaminha, PPC 207Unidades novas, PPC Técnico Química, PPC Técnico Informática EAD, Programa de 208Acompanhamento a egressos, Regulamento Didático-Pedagógico, Regulamento intercâmbio, 209Regulamentação do Núcleo de Inovação Tecnológica, Regulamentação das atividades de 210extensão, PPC Engenharia; Demandas Diretoria de Relações Externas - Regulamentação de 211cessão de espaço físico, Inclusão dos alunos do CEFET-SC no programa jovem aprendiz, 212Regulamentação de atividades de extensão; Demandas Diretoria de Pós-graduação e Pesquisa 213- PPC Mestrado, Programa de incentivo/apoio a alunos bolsistas, Núcleo de Inovação 214Tecnológica. Antônio manifestou-se dizendo da necessidade de análise da Resolução 25 que 215trata da Regulamentação das Atividades Docentes, com vistas a não se desarticular atividades 216de ensino, de pesquisa e de extensão. Nilva concorda e diz da importância de o CEPE somar 217nessa normatização e que esse Colegiado deve, sim, articular os três vieses do CEPE 218buscando seu caráter de afinidade. Surge um impasse quanto a esse ponto: quem delibera 219sobre a Resolução 25? Antes da criação deste Colegiado era o Colegiado de Recursos 220Humanos - CRH que tratava da questão. Nilva propõe-se a argumentar com o CRH para que a 221Resolução 25 passe também pelo CEPE. Encaminhando esse item, foi sugerida uma troca de 222data, em caráter excepcional, da próxima reunião, em virtude de a Presidente do CEPE estar a 223 serviço da Instituição em outro local. Decidiu-se unanimemente pelo dia 18/06. Os pontos de 224pauta acordados foram: da Resolução 25 e Funcionamento do CEPE. Carlos Queiroz, 225 argumentando que não se pode discutir atividade docente sem a regulamentação da Extensão, 226apresentou sua dúvida sobre como encaminhar a Resolução da Diretoria de Extensão, como 227articular os três focos: ensino, pesquisa e extensão ao que Nilva disse da necessidade de se 228 regulamentar urgentemente as atividades de extensão e que encaminharia com Carlos Queiroz 229a prioridade dessa discussão, propondo uma reunião extraordinária para o início de julho. 230Raquelly ainda trouxe à baila novamente a necessidade de analisar a situação do aluno 231 pesquisador sobre questões de financiamento, ao que Antônio argumentou que o problema 232 seria resolvido com o Programa de Pesquisa no Mestrado. Nilva, buscando a finalização da 233 reunião, ratificou um ponto crucial para a próxima reunião: o item três das demandas da 234Diretoria de Ensino (Plano de Trabalho Redimensionamento do PPI). Ficou acordado que 235as reuniões seriam estendidas para um tempo de duração de três horas com um intervalo de 15 236minutos e que começariam no horário agendado. Foi solicitado pela secretária que a reunião 237 pudesse ser gravada para facilitar a redação da Ata. Todos concordaram e assim será. Às 16h 238e 25min, a reunião foi encerrada pela Presidente do Colegiado e eu Simone Teresinha da 239Silva, secretária do Colegiado lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será 240assinada por todos os membros. Florianópolis, vinte e um de maio de dois mil e oito.



251		
	MARIA CLARA K. SCHNEIDER	MARCELO CARLOS DA SILVA
	iretora de Pós-graduação e Pesquisa	Diretor de Relações Externas
254		211001 40 10111,000 2110111110
255		
256		
257		
258	ELOY JOÃO LOSSO FILHO	VALDIR NOLL
259	Docente Titular	Docente Titular
260	2 0001110 111011101	2000
261		
262		
263		
264	MARCOS MOECKE	ANTÔNIO PEREIRA CÂNDIDO
265	Docente Suplente	Docente Suplente
266	Boccine Supreme	Docenie Supienie
267		
268		
269		
270	ELIANA RAZEIRA	DEISE RATEKE
271	TAE Titular	TAE Titular
272	THE Truit	THE Treater
273		
274		
275		
276	OLAIR ALVES DE SOUZA	MILENE MACHADO THOMASI
277	Discente Titular	Discente Titular
278	Discence Titular	Disconto Titular
279		
280		
281		
282	VITOR SODRÉ DIAS	RAQUELLY OLIVEIRA DIAS
283	Discente Suplente	Discente Suplente
284	2 isourie Supreme	2 isoonto Supronto
285		
286		
287		
288	CARLOS QUEIROZ	SIMONE TERESINHA DA SILVA
289	Representando	Secretária do CEPE
290	Diretor de Relações Externas	Secretaria do CELE
291	Directi de Relações Dateinas	
292		
293_		
- /-		